

SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS NO ÂMBITO ESCOLAR BRASILEIRO: OFICINAS FORMATIVAS NA MENTORIA DE DIRETORES ESCOLARES

SITUATIONS OF VIOLENCE IN THE BRAZILIAN SCHOOL
ENVIRONMENT: TRAINING WORKSHOPS IN THE MENTORING OF SCHOOL
DIRECTORS

Maria Cecília Luiz¹
Jéssica Veloso Morito²
Rafaela Marchetti³

RESUMO: Este artigo apresenta referenciais teóricos sobre violências intra e extraescolares abordadas em oficina formativa no decorrer da Formação de Mentoria de Diretores Escolares. Uma pesquisa qualitativa exploratória, com procedimentos metodológicos em revisão bibliográfica e instrumentos de análises durante o período de formação. Teve-se como intenção o reconhecimento de tipos de violências, além de percepção da função da escola e seus educadores neste contexto. Concluiu-se que ao socializar as relações em seu cotidiano, os diretores escolares visualizaram suas ações centralizadoras, de forma autoritária e que estas culminavam, muitas vezes, em conflitos e autoritarismo na escola, intensificando as violências e tensões. Percebeu-se um potencial de transformações dos diretores durante a Formação de Mentoria de Diretores, principalmente, ao encarar os conflitos sociais e escolares como potencialidades positivas para articulação de espaços de escuta e de acolhimento.

Palavras-chave: Mentoria de Diretores Escolares. Violências Escolares. Gestão escolar.

ABSTRACT: This article presents theoretical references on intra- and extra-school violence addressed in a training workshop during the Formation of Mentoring of School Principals. Qualitative exploratory research, with methodological procedures in bibliographic review and analysis instruments during the training period. The intention was to recognize the types of violence, in addition to the perception of the function of the school and its educators in this context. It was concluded that by socializing the relationships in their daily lives, the school principals visualized their centralizing actions, in an authoritarian way and that they culminated, many times, in conflicts and authoritarianism in school, intensifying violence and tensions. It was perceived a potential for transformations of the principals during the Formation of Mentoring of Principals, mainly, when facing social and school conflicts as positive potentialities for the articulation of listening and welcoming spaces.

keywords: Mentoring of directors. School Violence. School management.

¹ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenadora do GEPESC (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Subjetividade e Cultura). Coordenadora geral do curso de aperfeiçoamento em mentoria de diretores escolares; cecilialuiz@ufscar.br

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Subjetividade e Cultura (GEPESC); jessicavelosomorito@hotmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Subjetividade e Cultura (GEPESC); marchettirafaela@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com a convivência, aprendemos com outros e somos constituídos seres humanos (CHARLOT, 2000), com nossos pares, por isso, acredita-se no potencial transformador de práticas educativas, sejam essas em contextos formais ou não. Quando pensamos em ações para formações coletivas, abrimos um horizonte de vivências permeadas por teias de complexidades e isso é evidente ao analisarmos a organização e a cultura da escola.

Ao olharmos para esses enredamentos, fica evidente a necessidade de formação continuada para diretores escolares, com demandas de habilidades e competências específicas na gestão escolar, com vistas a obter mais potencial humano, pedagógico, administrativo e financeiro, tendo a certeza de que a oferta de formações tem sido insuficiente. Um aspecto ainda mais pontual seriam as demandas formativas de diretores em início de carreira/função ou inseridos há muito tempo no sistema sem auxílio, um profissional sem formação de liderança colaborativa, com pouca preparação para enfrentar situações de conflito, principalmente, no que tange as violências, sejam essas intraescolar ou extraescolar.

Nessa perspectiva, a Formação de Mentoria de Diretores Escolares surge, com uma proposta de compartilhamento de experiências; partilha sistematizada que culmine na reflexão sobre o aprimoramento profissional; e, reflexões sobre possibilidades de criar caminhos para a resolução das demandas emergentes na escola.

A Formação em questão abarcou diversas temáticas, como: saberes dos diretores e a cultura colaborativa; as relações entre a Secretária de Educação, políticas públicas e seus conhecimentos; Projeto Político Pedagógico, pedagogia de projetos; gestão financeira etc. Neste texto, o enfoque está em situações de violência e conflitos que ocorrem no contexto escolar.

Desta forma, este artigo apresenta referenciais teóricos sobre violências intra e extraescolares abordadas em oficina formativa no decorrer da Formação de Mentoria de Diretores Escolares. Uma pesquisa qualitativa exploratória, com procedimentos metodológicos em revisão bibliográfica e instrumentos de análises durante o período de formação. Teve-se como intenção o reconhecimento de tipos de violências, além de percepção da função da escola e seus educadores neste contexto.

Com potencial de produzir benefícios pessoais e profissionais, a Formação de Mentoria de Diretores incentivou e aprimorou o desenvolvimento de habilidades de comunicação e deu suporte emocional aos participantes, além de refletir sobre o seu isolamento como diretor da escola, a partir de uma visão estratégica sobre seu contexto de atuação.

VIOLÊNCIAS NOS CONTEXTOS SOCIAIS

A sociedade tem vivido situações de conflitos sociais e de violências e isso tem justificado o interesse de pesquisas na área. Conviver socialmente, bem como lidar com

sujeitos – que possuem diferentes valores, pensamentos, interesses e formas de ver e compreender o mundo no coletivo –, significa estar sempre em busca do reconhecimento social.

Para Bauman (2003), a vida em sociedade, por mais que seja guiada por um ordenamento jurídico ou valores morais – que limitam a vontade individual em contraposição à convivência harmônica coletiva – o ser humano por meio de suas ações eventuais ou não, produzem atos que podem ser classificados como violentos.

Segundo Gullo (1998, p.105) “a violência, considerada como um fenômeno social é analisado como um filtro que permite esclarecer certos aspectos que denotam características do grupo social e revela o seu significado no contexto social”. Assim, deve-se considerar que a violência é um fato que ocorre em todas as sociedades, mas possui suas singularidades e seus modos específicos de manifestação em cada uma delas.

Tavares dos Santos (2002), afirma que o aumento dos processos de exclusão social, pode ter corroborado para o aumento das práticas de violência antes entendidas como uma norma social particular vigente em determinados grupos para a resolução dos seus conflitos, para algo que acomete toda a sociedade.

Pesquisas sobre violência também foram realizadas por outros autores em um contexto internacional a fim de compreender um pouco mais sobre o fenômeno descrito por Loïc Wacquant (1999), como a criminalização da pobreza. Ela é tida como uma das consequências de se abrandar o Estado de suas responsabilidades em relação à questões sociais, econômicas, da segurança, transferindo para o sujeito, a responsabilidade de correr atrás de suas expectativas sociais sem recursos. O autor (1999) – realizou pesquisas nos Estados Unidos e França – e evidenciou em seus estudos a existência de certa tendência em denominar os menos favorecidos economicamente como uma massa de despossuídos, caracterizando suas situações como a criminalização da pobreza.

No caso dos seus estudos nos Estados Unidos, a consolidação deste discurso se comprova por meio de instituições que utilizam a mão de obra de povos de origem africana na agricultura até os dias atuais, e mostram certa continuidade histórica em determinadas formas de segregação e controle sobre estes povos, como descreve Wacquant (1999) “instituições peculiares”. A primeira foi denominada escravidão; a segunda, “Sistema Jim Crow”, sendo leis locais e estaduais promulgadas nos Estados do sul dos Estados Unidos – institucionalizando a segregação racial e afetando grupos étnicos; a terceira foi um dispositivo o qual se conteve os escravos nas cidades do norte; e, por fim, a quarta a marginalização das massas, com a colaboração dos discursos midiáticos.

Nos anos 1980, ganhou visibilidade tanto na Europa como Estados Unidos, uma série de fenômenos sobre a violência que causaram certo estranhamento nas autoridades governamentais e nos sujeitos comuns. Neste período, não apenas os países de primeiro mundo, mas, também os países em desenvolvimento, considerados como lugares em que as estruturas sociais e econômicas eram excludentes, houve um crescimento de homicídios e crimes violentos.

No contexto brasileiro, Adorno (2002) relata que na sociedade em geral os sentimentos de medo e insegurança vêm aumentando, além disso, as estatísticas oficiais

sobre a criminalidade apontam que – a partir de 1970 – houve crescimento de todas as categorias de delito e crimes como homicídios, roubos, sequestro, estupro, etc. com indícios de que há mudanças nos padrões de criminalidade e até mesmo nos perfis das pessoas envolvidas com atos delinquentes. Para o autor (2002), também os homicídios causados por arma de fogo, tiveram aumento desde 1979.

Em geral, no país, o grande alvo dessas mortes são adolescentes e adultos de classes populares urbanas. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, há registros de mortes violentas com maior ocorrência nos bairros que constituem a periferia urbana, onde as condições sociais são mais precárias.

Adorno (2002) ressalta que a desigualdade social é uma das origens das estruturas da violência, criando a segregação social dentro do próprio espaço urbano. Os indicadores revelam a existência de mortes violentas nos bairros da periferia urbana, onde as condições de vida são mais precárias, sendo que as vítimas de homicídio, nestes locais, têm índices significativos (bem maiores) se comparado às regiões tidas como centrais ou que possuem melhor infraestrutura.

Para Tavares dos Santos (2002) a Constituição Federal Brasileira de 1988, representou o começo do Estado Democrático de Direito:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988, art. 144).

Segundo Adorno (2002), a violência torna-se um problema social e pesquisas realizadas sobre a temática estão sendo realizadas cada vez mais. Para o autor, estas investigações podem ser agrupadas em três grandes categorias: a primeira, refere-se às mudanças ocorridas na sociedade e nos padrões considerados convencionais de delinquência e violência. As mudanças que ocorreram na sociedade em relação aos meios de produção, concentração industrial e tecnológica e utilização da força de trabalho, promoveram alterações nas relações entre os sujeitos com o próprio Estado, propiciando conflitos sociais, como também, diferentes formas de sua resolução.

A violência e a desigualdade social, isto é, a associação entre estes dois fatores tem gerado violências. Não há como negar que há divergências na distribuição das rendas financeiras na sociedade brasileira e, conseqüentemente, influência na qualidade de vida coletiva, principalmente, em bairros periféricos onde a violência eclode de maneira mais intensa.

Além disso, segundo Adorno (2002), existem estudos que admitem a precariedade do sistema criminal do País, isso implica em crise no sistema de justiça criminal, como as agências policiais, o ministério público, os tribunais de justiça e o sistema penitenciário. Estas instâncias não conseguiram acompanhar as mudanças sociais, com o aumento de crimes e violências, apenas continuaram a proceder da mesma maneira.

Esta situação segundo Adorno (2002), pode ser constatada devido às dificuldades – por parte destes poderes públicos – no enfrentamento das suas tarefas constitucionais

de conter a violência, como, por exemplo, as rebeliões em presídios, ou manter a ordem nas grandes cidades onde prevalecem as regras do narcotráfico. Evidencia-se que todas estas formas de violências sociais acabam refletindo no contexto escolar, e até mesmo nas relações dentro do seu espaço, como: alunos/ alunos; discentes/docentes; equipe gestora/docentes; equipe gestora/discentes.

VIOLÊNCIAS EXTRA E INTRAESCOLARES

A constatação da presença de conflitos e violências no âmbito das relações sociais e nas escolas é simplesmente um indicativo da necessidade da criação e ampliação de condições que propiciem o diálogo, o entendimento e estímulo a uma melhor compreensão entre os sujeitos e os grupos sociais no contexto da vida em sociedade. Com este ponto de vista, compreende-se que os conflitos sociais e as violências possibilitam redimensionar as relações sociais e escolares, tornando-as mais próximas do ideal de entendimento e da realização humana.

Para Guimarães (1996), a unidade escolar está moldada para que seus sujeitos sejam assumidos como iguais e essa homogeneização é garantida por mecanismos disciplinares, que são capazes de esquadrihar o tempo, o espaço, os gestos, movimentos e ações desses sujeitos, tanto alunos, como educadores. Para a autora os espaços escolares não devem ser compreendidos apenas como um local de reprodução de experiências de violência e conflitos, mas também, como veículos de sua própria violência e indisciplina, a partir dos mecanismos internos que são diariamente adotados pelos gestores e educadores.

Ao compreender que a escola é um espaço onde impera a dualidade entre o dever e o querer ser, a sala de aula se manifesta como o ambiente no qual se tece as redes de interações pautadas nestes dois focos. O diretor e/ou professor desempenham um papel duplo, no qual procura manter a ordem e sufocar as diferenças entre todos que participam daquele espaço, permitindo a tranquilidade e não manifestação de conflitos oriundos da diversidade de seus sujeitos.

Por outro lado, educadores, também, desencadeiam dispositivos para que o aluno seja capaz de produzir suas reflexões e seu próprio aprendizado. Assim, existe a dualidade nessa dinâmica escolar, pois quando um educador faz uso de sua autoridade e, portanto, estabelece uma relação de hierarquia, é praticamente inevitável a existência dos conflitos dentro do espaço escolar. Ao tentar suprimir as diferenças entre os sujeitos que daquele contexto participam, uma relação de tolerância se torna mais fortalecida e alunos e professores se veem obrigados a formular regras comuns e se ajustarem.

Conforme Charlot (2002), as conflitualidades que ocorrem nas escolas também surgem de problemas exteriores à realidade escolar, pois está em questão também a capacidade da escola e seus agentes de gerirem situações conflituosas sem tentar resolvê-las por meio da violência institucional e simbólica. Para este autor há que se considerar e

compreender cada tipo de violência que acontece nas escolas; violência “na” escola, “à” escola e “da” escola.

Charlot (2002), ao apresentar essa tipologia sobre a realidade das escolas enfatiza que as fontes ou fatores sociais que causam a violência devem ser investigados e analisados a partir da história social de cada sociedade, nesse processo pensar no programa de mentoria e seu vínculo com as trocas e vivências construídas pela cultura colaborativa permitem esse olhar mais atento às demandas que ressaltam esses problemas.

Assim, considera-se violência na escola aquela que ocorre dentro do ambiente escolar, sem estar ligada com as atividades ou a natureza da instituição escolar. A violência vem de episódios externos a escola e poderia ter acontecido em qualquer outro espaço. Invariavelmente estas situações envolvem os sujeitos da escola na condição seja de vítima, ou de agressor, e mesmo em ambos os papéis conforme atuem em diferentes situações, cuja origem são problemas nascidos no contexto social/comunitário/entorno escolar dos sujeitos, mas que não estão relacionados com as funções básicas da escola.

A violência à escola acontece quando a instituição escolar, em seus diferentes e diversificados espaços físicos e/ou em seus símbolos sociais é agredida pela ação dos sujeitos que atuam diretamente no cotidiano escolar, que residem no entorno escolar ou mesmo em outros bairros ou cidades, mesmo que não estudem na escola. Caracterizam-se como atos, ações e atitudes que atingem diretamente e lesam a escola por seu papel institucional, por aquilo que ela representa no contexto da vida social.

Por fim, a violência da escola refere-se ao uso da violência simbólica e institucional por parte de gestores, docentes e trabalhadores de apoio quando estes submetem os estudantes a situações arbitrárias que os fragilizam justamente por sua condição de alunos. É uma forma de violência e de controle social que se reveste de um caráter de legitimidade, dado o aspecto institucional da escola. Este tipo de violência se constitui como fator impeditivo, não só no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem com qualidade, mas afeta negativamente os processos de socialização.

Cada escola faz parte de um contexto social específico e único, e as violências são fruto de cada realidade e representam o discurso de sujeitos com perspectivas diferentes. Esses discursos aparecem nas insatisfações ou nos problemas de ordem social e tornam-se dispositivos de poder utilizados nas relações entre sujeitos, por meio do uso da força, cujos danos causam prejuízos físicos e/ou simbólicos.

Quando não ocorrem negociações, quando existe omissão por parte da escola com relação aos conflitos, as violências acabam acontecendo. O que motiva esse ciclo de violências da escola é a ausência de: regras de boa convivência; reconhecimento social; incentivo para ascensão social; preparo da escola para lidar com os conflitos e violências; formação pedagógica para os educadores; comunicação com alunos líderes e formadores de opinião; e diálogo e reflexão sobre as diferenciações e concepções que incidem na escola.

Há inúmeras formas de enumerar como a violência da escola ocorre e impacta a vida do estudante, resultando, muitas vezes, em evasão, visto que ela cria um espaço insustentável de entendimento, diálogo e reflexões sobre as ocorrências dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, conflitos podem ser discutidos e, ao invés de culminarem em violências, podem colaborar para decisões coletivas, motivando os envolvidos em prol do bem comum, de forma participativa. Entretanto, é necessária abertura à inclusão, ao diálogo e à boa convivência no cotidiano, tanto por parte da instituição e de seus educadores (professores, alunos, funcionários, equipe gestora) quanto de familiares.

VIOLÊNCIAS ESCOLARES E A MENTORIA DE DIRETORES

Independentemente da situação política, social, cultural e econômica, ou da localização e/ou porte dos municípios brasileiros, grande parte das escolas públicas tem vivenciado problemas com relação às violências, principalmente após a pandemia do Covid 19. Devido às instâncias sociais, a problematização das violências é pauta de práticas escolares, com dimensão pedagógica, por isso elas são referenciadas, neste texto, no plural. Por vezes as violências acontecem de forma invisível, adentram os muros escolares e se camuflam em práticas cotidianas.

Em nível global há um progresso mensurável em termos de problematizar a questão da violência, que se configura como um problema de diferentes áreas do conhecimento por afetar a saúde individual e coletiva e por exigir prevenção e enfrentamento, com formulação de políticas específicas, organização de práticas e serviços contínuos para a desnaturalização desse cenário. Relatórios organizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, 2005) documentaram a magnitude dos efeitos das violências e forneceram a base de evidências para prevenção, com intenção de apoiar politicamente resoluções na Assembleia Mundial da Saúde e na Assembleia Geral, bem como por meio de documentos e ferramentas para ajudar os países a agir de acordo com as recomendações.

A negligência histórica brasileira com as raízes que nutrem as situações de violência (muitos anos de escravidão, desigualdade social etc.) resultou em pouca capacidade para agir e implementar esses direcionamentos e ferramentas. Conviver com situações que não deveriam ser naturalizadas, dificulta na formação de educadores e educandos que não percebem essa violência também naturalizada. Em termos das necessidades formativas de recursos humanos, há um déficit de profissionais bem formados e de pessoal com conjuntos de habilidades desenvolvidas para serem eficazes na identificação, reconhecimento e abordagem de conflitos e violências.

Nesta dimensão, tem-se duas perspectivas de abordagem: conhecimentos sobre violências e habilidades para lidar com situações de violência. O conhecimento refere-se à consciência de informações ou fatos e princípios, e as habilidades referem-se à capacidade de fazer algo para resolução, normalmente algo que requer treinamento e experiência. Para obter conhecimento sobre as violências intraescolares e extraescolares, necessita-se de reflexão sobre os tipos de violências, como se naturalizam as inter-relações violentas, quais as abordagens da concepção/ significado e as possibilidades de atuação frente aos conflitos.

O referencial teórico que embasa a Mentoria de Diretores Escolares é transformador, e enfatiza a importância da troca de experiências, de sentimentos, de informações etc., portanto, neste caso, desenvolver uma abordagem de atuação com diretores significa prevenir e desnaturalizar as violências com habilidades (em oposição ao treinamento) para lidar com situações de conflitos e violências no ambiente escolar.

Na convivência escolar, a comunidade educacional deve buscar integrar um espaço inclusivo e não violento, incentivando boas relações com todos (de modo satisfatório), para melhorar ou modificar o clima ou a cultura organizacional da escola. Conhecimentos sobre violências: definições e situações violentas.

A dificuldade em conceituar e definir procedimentos sobre a violência encontra-se na sua polissemia, na sua multiforme e nas controvérsias sobre o assunto. Essa complexidade acaba dificultando a compreensão de situações de violências, pois seu significado, em cada contexto social, institui um conjunto de valores subjetivos, conforme regras estabelecidas pelas circunstâncias.

O termo violência tem suas raízes no latim *violentia* (MICHAUD, 1989), que significa veemência, impetuosidade nas ações ou palavras, e sua procedência está relacionada ao termo violação, do latim *violare*, interligado ao uso da agressividade intencional, com a finalidade de ameaçar ou cometer algum ato que obrigue alguém a fazer ou deixar de fazer algo que, de outra forma, não faria ou não deixaria de fazer.

A violência é percebida porque possui uma atuação, pois há necessidade de ação para ser atribuído um valor: há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 11).

Segundo Arendt (2004), a violência é considerada um instrumento de dominação, por isso é dinâmica e mutável, e a medida em que a sociedade se transforma as violências também alteram suas representações, suas dimensões e seus significados, interligando-se com o momento histórico e geográfico do contexto cultural e a uma série de outros fatores de caráter dinâmico dos fenômenos sociais. Tem como característica o não reconhecimento do outro, a negação da dignidade humana, a ausência de empatia e a falta de alteridade, que em conjunto causam danos físicos, psicológicos e/ ou sociais aos indivíduos pertencentes a um dado coletivo/grupo.

Quando não existe o respeito como a forma pela qual a coletividade se organiza, ou seja, quando a falta de diálogo e escuta direciona as relações para as manifestações de poder – devido a autoridade se tornar tensa e conflituosa –, de tal modo que ele corresponde à habilidade humana não apenas em agir, mas agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um sujeito; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido. Quando se entende que alguém está "no poder", na realidade refletimos sobre o fato deste alguém ter sido empossado por certo número de pessoas para agir em seu nome (ARENDDT, 1983, p. 36).

Wieviorka (2007) redimensiona o conceito de violência, dentro do atual estado de globalização mundial, como: intolerância política; terrorismo; conceitos de

desenvolvimento e de subdesenvolvimento; crise internacional; políticas assistenciais de organismos internacionais; narcotráfico; novas conceituações culturais e sociais, entre outros. Estes são temas contemporâneos que estabelecem um novo paradigma do fenômeno violência.

A globalização tem garantido uma vasta capacidade de agir a distância para alguns, e para os pobres ou "consumidores falhos", como denomina Bauman (1999), sobra apenas o lugar de plateia desqualificada. Nesse quadro, com a globalização, aqueles que são descartáveis têm suas situações pioradas, pois ela tem aumentado a distância entre os que fazem parte da sociedade daqueles que não fazem.

Para Tavares dos Santos (2009), as práticas de violência aparecem por conta das fragmentações sociais, isto é, pela exclusão econômica e social de diversos grupos da sociedade atual. Ainda acredita que, no caso do Brasil, a sociedade parece aceitar a violência como se essas práticas fossem naturais, o que contribui para a coerção de sujeitos, tanto no mundo real como no virtual, impedindo o reconhecimento de quem está fora dos padrões estabelecidos.

A violência, segundo Tavares dos Santos (2009), principalmente, no âmbito escolar, é uma preocupação que deve ser enfrentada, uma vez que o sujeito não é reconhecido ou não se considera pertencente à escola, e tem sua subjetividade negada ou ameaçada, o que provoca repulsa, cujo o resultado são novos atos de violência como resposta às ações que primeiramente sofreu.

As violências são compreendidas como fenômenos sociais, em suas múltiplas formas e manifestações, e promovem relacionamentos ou atos de crueldades físicas, verbais, psicológicas e simbólicas contra um sujeito ou grupos, propiciando consequências como sofrimento, silenciamento, humilhação, temor e inquietação.

Esclarece-se que neste texto dividiu-se as violências em quatro vertentes: verbal, física, simbólica e psicológica, apenas para entendimento do fenômeno, mas compreende-se que elas ocorrem em unicidade, de forma complementar ou desencadeadas umas nas outras.

A *violência verbal* pode ser caracterizada pela passividade imposta à força e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há agressão. A sua presença promove a sensação de coibição, rebaixamento, indiferença ou limitação pela imposição de poder. É concebida como a ruptura do viés comunicativo, pois promove o distanciamento dos corpos, dos discursos, que por resistência respondem à força imposta com outra equivalente, por exemplo, o uso de palavras de baixo calão.

A *violência física* ocorre no uso intencional da força física, contra um sujeito ou grupo, que resulte em ferimentos, danos físicos ou privações. A *violência psicológica* é difícil de ser identificada, pois é subjetiva, e, assim, até o silêncio pode se caracterizar como violência psicológica. Além disso, nem sempre se apresenta como um ato ou como um episódio identificável, ocorrendo, às vezes, de forma imperceptível, isto é, de forma despercebida. Esta violência requer do sujeito um esforço para identificá-la e superá-la, principalmente quando se torna rotina, e, por isso, é facilmente naturalizada. E, finalmente, a *violência simbólica*, que é conceituada pelo sociólogo francês Pierre

Bourdieu como suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, e sua ação é exercida pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento (BOURDIEU, 2003).

A violência simbólica torna-se uma prática sutil e de difícil percepção, pois produz uma relação de dominação sem que os sujeitos a percebam ou questionem, apenas a aceitam. Segundo Abramovay (2002), a violência simbólica constitui-se de abuso de poder por meio de uma autoridade e mediante uso de símbolos, comunicação verbal e institucional, como diferenciação, marginalização e práticas de submissão utilizadas pelas instituições.

Além de tipificá-las, essas violências, também, podem ocorrer no interior da escola, de formas variadas: violência física, por exemplo, é quando alguém segura outro sujeito contra parede; dá tapas; empurrões; socos; beliscões; pontapés; puxar blusa ou mochilas; arranha; coloca o pé para tropeçar; propicia brigas; jogar coisas (objetos) no outro; coagir impedindo a passagens por meio da força física.

A violência verbal, pode ocorrer nas formas de comunicação, como falar palavrões; xingar alguém; desacatar; humilhar; impedir de se expressar; coagir por meio de gozações em grupo (ridicularizar); mandar calar a boca; colocar apelidos; gritar; ameaçar.

A violência psicológica consiste em atitudes (não físicas) específicas por parte do agressor, como rejeição, depreciação, indiferença, diferenciação, desmoralização, punições (exageradas) etc. e, por fim, a violência simbólica: é evidenciada nas punições específicas feitas por discentes, gestores, docentes etc. a outros estudantes, em função de suas condutas fora de padrões previamente, ou não, estabelecidos. Geralmente, ocorrem por meio de procedimentos, discursos, anseios padronizados pela prática escolar e social. Têm caráter de excluir aluno ou alunos dentro da própria sala de aula, com ações como alienação, apatia, ressentimento, tédio, atitude destrutiva e agressões de todos os tipos.

Os diversos tipos de violências envolvem a juventude, tornando-a, por vezes, protagonista, vítima ou espectadora, conforme as relações de poder ou as interações entre agressor e agredido que acontecem em espaços macros e micros em todos os espaços sociais.

Conforme Abramovay, Cunha e Calaf (2009), para uma melhor compreensão das tensões violentas, optou-se por conceituar os conflitos, violências duras, incivildades e violências simbólicas. A concepção de conflitos está ligada aos atos e/ou ações sem situações de violência, mas com alto potencial para ocorrê-las. Quando há desentendimentos ou não concordância existem conflitos, isso porque o posicionamento, as atitudes ou direcionamentos adotados como padrão para todos nem sempre são aceitos. Nas diferenças de ideias podem ocorrer instabilidades no reconhecimento do espaço e nas diferenças, por isso há o estranhamento. Nessa hora, deve-se potencializar o diálogo e a construção em comum dos pensamentos divergentes, pois sujeitos que possuem posicionamentos diferentes, se não estabelecem alguns acordos, acabam em atos de violência, principalmente se houve o silenciamento dos sujeitos ou a sensação de não pertencimento no grupo.

As violências duras são atos e/ou ações classificados perante a lei como crimes ou infrações pautados nos códigos penais, ou seja, infringem a constituição e ferem as garantias sociais do outro. A incivildade (ou micro violências) são atos e/ou ações que

não possuem vínculo com medidas legais nem com os diferentes tipos de regimentos estabelecidos, mas que ferem a boa convivência. As incivildades podem ser consideradas como desordem e possuem forte teor moral e ético.

As violências simbólicas, como já dito, são aquelas que se utilizam de mecanismos simbólicos de poder e compõem a estruturação social, mantendo a hierarquização da sociedade. A força de dominação entre os sujeitos é naturalizada e invisibilizada, torna-se algo aceito sem questionamento, dando legitimidade às relações sociais. Nessa percepção de desnivelamento, as relações de forças permitem compreender como as violências se dão em contexto educacional, sendo que o processo de socialização e comunicação é imprescindível para qualquer aluno, mas, por vezes, essa ação social impõe padrões, normas, valores, atitudes e sentimentos, e a escola torna-se campo de divergências e conflitos.

Os estudantes chegam à escola com histórias e memórias que estabeleceram ao longo de suas vidas, e os ajustes entre discentes e docentes (com características muito diferentes), às vezes, tornam-se violentos. Nessa ótica, as violências têm afligido espaços e limitado a escola de exercer a função de proporcionar o ensino e a aprendizagem aos estudantes, pois se vivenciam relações cotidianas violentas (principalmente a violência simbólica). A saída, proposta para a mentoria de diretores, foi articular o diálogo e promover a consideração pelas diferenças individuais e coletivas em conjunto, pois a participação na reconstrução de novos saberes propicia novos modos de pensar e fazer, além de ampliar as experiências e os conhecimentos (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1998).

Para obter habilidades para lidar com situações de conflitos e violências, faz-se necessário aprender como prevenir, com técnicas que dependem mais das interações entre os pares como saber mapear os conflitos e as violências; estabelecer sistemas de apoio; criar espaços seguros de escuta consciente; desenvolver de forma coletiva e democrática normas para convivência; liderar para resolver problemas; ter sensibilidade para mediar; gerenciar situações imprevistas; criar espaços de diálogo, de modo horizontal, pois todos têm o mesmo valor; compreender a perspectiva intersetorial da educação, em que todos compõem a instituição escolar; e saber lidar com a diferença.

Esse conjunto de ações se estabelecem dentro de uma visão transformadora da própria prática pedagógica, e conseqüentemente, da gestão escolar. Há uma grande ênfase aos espaços de escuta e de construção coletiva; pois é esse processo de comunicação que se configura como um instrumento fundamental na interação social e convivência do ser humano, assim a linguagem se configura como um instrumento socializador, um mediador das relações entre o sujeito e o mundo (BOCK, 2003).

Todo esse processo enfatiza a importância da troca de experiências, de sentimentos, de informações e afins, portanto, neste caso, desenvolver uma abordagem de atuação significa prevenir e desnaturalizar as violências com habilidades – em oposição ao treinamento que possui uma articulação muito mecanizada de configurações dadas e determinadas sem o processo reflexivo em si – para lidar com situações de conflitos e violências no ambiente escolar. Na convivência escolar, a comunidade educacional deve buscar integrar um espaço inclusivo e não violento, incentivando boas

relações com todos (de modo satisfatório), para melhorar ou modificar o clima ou a cultura organizacional da escola.

Neste sentido, as definições de mediação de conflitos e violências compartilhadas entre os diretores na Formação de Mentoria de Diretores, basearam-se nos seguintes aspectos: saber mapear os conflitos e as violências; estabelecer sistemas de apoio; criar espaços seguros de escuta consciente; desenvolver de forma coletiva e democrática normas para convivência; liderar para resolver problemas; ter sensibilidade para mediar; gerenciar situações imprevistas; criar espaços de diálogo de modo horizontal, pois todos têm o mesmo valor; compreender a perspectiva intersetorial da educação em que todos compõem a instituição escolar e saber lidar com a diferença.

Desta forma, ao compartilhar conhecimentos e trocas de experiências, de sentimentos, de informações os diretores refletiram sobre prevenir e desnaturalizar as violências, o primeiro passo para tentar resolver os problemas do cotidiano da escola.

PRÁTICAS E SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS

Ao analisarmos as habilidades e procedimentos práticos, durante a Mentoria de Diretores, foram desenvolvidas e/ou aprimoradas ações aos educadores e reflexões sobre o tema. Para isso, a escuta consciente e a comunicação não violenta foram introduzidas como concepção humanizadora de educação, uma vez que:

(...) a comunicação é a percepção da compreensão do sujeito no coletivo, não podemos nos compreender individualmente, afinal, só existimos – como seres sociais – na relação com o outro, ou seja, na mediação da comunicação (MORITO, 2020, p. 79).

Utilizamos o sistema EVA (espectador, vítima e agressor), que consiste em entender como as relações de violências e os ciclos de agressões ocorrem frequentemente, caso não haja intervenções reflexivas para desnaturalizar as convicções dos sujeitos – mantendo as emoções reprimidas.

A ideia foi propor novos olhares para além do sentimento de retribuição ou perpetuação do “leve e retribui”. A teoria dos sistemas do desenvolvimento humano, seja por interações ativas ou reativas, possui diferentes panoramas que interligam microssistema, mesossistema, exossistema ou macrossistema. Por isso, quaisquer dos sistemas: EVA, VAE, AVE, AEV, EAV ou VEA, possibilitam a análise da violência, com competência emocional e social dos sujeitos.

Os diretores foram convidados a refletir sobre as relações que ocorrem entre sujeitos, e a interiorizar que estas não são lineares, tampouco definitivas, e assim, nas configurações, um agressor pode vir a ser uma vítima ou espectador, assim como um espectador pode assumir o papel de vítima ou agressor, ou uma vítima pode ser uma espectadora de outras violências e agressora de outros sujeitos.

Nessa dimensão, cabe alguém da escola mediar, fazer intervenções para que o ciclo cesse ou se rompa, por meio da reflexão sobre empatia e autorregulação das emoções, de modo individual (pela autopercepção) ou coletivo, com enfoque naquilo que machuca ou fere as pessoas ou grupos.

Dentro dessa concepção das dimensões, as violências no microsistema podem acontecer em todos os espaços escolares, mas representam as menores causas de sofrimento ao sujeito; no mesossistema, podem acontecer em sala de aula, um local em que educandos e educadores passam grande tempo dentro da escola; no exossistema, podem acontecer em locais extraescolares; e no macrossistema podem acontecer em qualquer relação, sendo esta dimensão a que causa maior sofrimento dentro da escola.

As violências validam-se em contextos de intolerância, renúncia e repúdio às diferenças, mas algumas medidas podem modicar essas situações e proporcionar uma rede colaborativa para desnaturalizá-las, como: obter informação e conhecimento sobre os efeitos da violência para toda a comunidade educacional; saber mais sobre as causas e consequências da violência, com relatos de educandos e educadores; prevenir as violências; mediar conflitos por meio do diálogo; integrar os alunos, com uma perspectiva de educação inclusiva; compartilhar situações de violências e bullying entre estudantes; refletir sobre empatia, com exemplos de sofrimentos de vítimas das violências e de bullying; formar educadores e educandos – figuras de apoio – com o objetivo de instituir uma rede de confiança que promova a autoestima e reduza a insegurança causada por situações preocupantes de violências.

Essa intervenção em prol da melhoria na convivência, no espaço e na cultura organizacional da escola foi repensada durante a mentoria de diretores, pois envolve toda a comunidade educacional. A síntese desse processo de intervenção, realizada pela dimensão do triângulo da violência EVA (espectadores, vítimas e agressores) e nas variáveis que são trabalhadas para modificar o clima escolar, tende a diminuir a ocorrência de protagonistas agressores para adequar-se ao triângulo da mudança VER (valores, empatia e respeito)

É inegável que a presença das violências interfere no convívio escolar e, consequentemente, na qualidade do ensino e na escolaridade dos alunos. Torna-se um desafio sensibilizar todos os sujeitos envolvidos com a escola, em especial os alunos, e mobilizar práticas que possibilitem o diálogo e a desnaturalização das violências.

Como perspectiva conceitual e práticas durante a mentoria, houve uma aprendizagem significativa por parte dos diretores, a certeza de que abordar a temática da violência, não significa falar do assunto, ou ensinar, ou determinar novos hábitos e comportamentos, mas sim, um processo de novas posturas mais empáticas, como: compartilhar o sentimento de pertencimento pelo reconhecimento das diferenças; entender que o sofrimento do outro deve ser abordado com mais sensibilidade.

Outro ganho expressivo foi o projeto piloto trazer como pressuposto a apropriação de saberes por meio de ações concretas e vivências no coletivo, isto é, os alunos têm que participar dos planejamentos e responder às situações-problema apresentadas nas convivências escolares, pensando na análise do conflito e possíveis encaminhamentos para mediação e, possível, resolução. Verificou-se que tais propostas, criadas pelos

discentes, articulam saberes que provêm do próprio senso comum, oriundo de experiências ou informações da sociedade; cabendo a gestão e aos professores orientar através de discursos científicos e validados cientificamente para que possam desnaturalizar as violências com relatos vivenciados e/ ou observados pelas vítimas, mas com intervenções efetivas que respeitem os sujeitos e suas particularidades.

Esse procedimento de intervenção, compreendida pelo diretor da escola, coloca os alunos como protagonistas do processo de prevenção da violência, não anula o reconhecimento de toda a equipe escolar. As ações devem ir além da natureza informativa, devem ser reais e efetivas no processo de convivência, por meio do autoconhecimento, do conhecer o outro, do reconhecer o espaço de todos de forma justa e do modo operacional, isto é, de como a prevenção da violência acontece no cotidiano escolar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este artigo abordou referenciais teóricos sobre violências intra e extraescolares abordadas com foco na Formação de Mentoria de Diretores Escolares. Assim, verificamos que uma vez a violência estalada nas relações entre os diversos agentes da escola, faz-se necessário pensar ações que auxiliem a solucionar tais situações. Sendo importante perceber as violências diferenças de uma escola para outra, portanto, não se trata de criar padrões de prevenção, ou estratégias universais, pois se acredita que cada caso é um caso.

Compreendeu-se que os conflitos, brigas, gritos ocorrem dentro e fora da sala de aula, atingem a todos (estudantes, professores, a gestão escolar) e atrapalha o processo de interação e ensino-aprendizagem. Este tipo de relação pode ser evitado, se houver uma perspectiva mais democrática nos relacionamentos, com diálogos horizontais.

Uma outra perspectiva foi compreender que há ocorrência de múltiplas violências no espaço escolar e a existência da sua naturalização. Neste contexto, existe uma alternativa que é propiciar um espaço privilegiado de socialização, de formação cultural, por meio de compartilhamento de experiências sociais e interpessoais. De maneira geral, dificilmente os estudantes reconhecem a escola como um espaço de interação e integração, pelo contrário, a ideia é de um local de segregação e exclusão que potencializa a dor e invisibiliza socialmente os sujeitos, sem considerar as subjetividades, causando uma sensação de não pertencimento que só pode ser avaliada pelo próprio sujeito.

Ao encarar os conflitos sociais e escolares como potencialidades positivas para articulação de espaços de escuta e de acolhimento, os gestores puderam apreender a importância de atuar de forma representativa, dialogada e crítica, durante a Formação de Mentoria de Diretores. Concluiu-se que ao socializar as relações em seu cotidiano, os diretores escolares visualizaram suas ações centralizadoras, de forma autoritária e que estas culminavam, muitas vezes, em conflitos e autoritarismo na escola, intensificando as violências e tensões. Percebeu-se um potencial de transformações dos diretores durante a

Formação de Mentoria de Diretores, principalmente, ao encarar os conflitos sociais e escolares como potencialidades positivas para articulação de espaços de escuta e de acolhimento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. São Paulo: Psicologia-PSI, 2002.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2003.

BOCK, A. M. B. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam esta questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2002. p 432-443.

GUIMARÃES, Á. M. Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola. *In*: AQUINO, J. G. (Org.) **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 11. ed. São Paulo: Summus, 1996. p. 73-82.

GULLO, A. De A. e S. Violência urbana: um problema social. **Tempo Social: Revista social**, USP, São Paulo, v. 10, n. 1, maio de 1998. p. 105-119.

KRUG, E. G. *et al.* **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. **Comprender e transformar o ensino**. São Paulo: Artmed, 1998

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades**. Sociologias, Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2002.

WACQUANT, L. **Las cárceles de la miseria**. Buenos Aires: Manantial, 1999.